



ReLePe

II Jornadas Latinoamericanas de Estudios Epistemológicos en Política Educativa

18, 19 e 20 de agosto de 2014 - Curitiba - Paraná - Brasil

ABORDAGENS TEÓRICO-METODOLÓGICAS EM ESTUDOS DE POLÍTICA EDUCACIONAL E DISCUSSÕES NA RELEPE

ENFOQUES TEÓRICO-METODOLÓGICOS EN ESTUDIOS DE POLÍTICA EDUCACIONAL Y DISCUSIONES EN RELEPE

THEORETICAL AND METHODOLOGICAL APPROACHES IN STUDIES OF EDUCATION POLITICYS AND DISCUSSIONS IN THE RELEPE

Ozerina Victor de Oliveira
Universidade Federal de Mato Grosso - Brasil
E-mail: ozerina@ufmt.br

Mayara Bezerra Scarselli
Universidade Federal de Mato Grosso - Brasil
E-mail: maybscar@gmail.com

Eixo temático 2: Debates, enfoques e perspectivas epistemológicas da Política
Educativa

Resumo: Esta pesquisa problematiza as abordagens teórico-metodológicas do campo da Política Educativa ao longo da primeira década do século XXI. Em sua delimitação, relaciona um estudo de abordagens teórico-metodológicas de teses e dissertações que analisam políticas educacionais na virada do século XX, no Brasil, com discussões assumidas na Rede Latinoamericana de Estudos Epistemológicos em Política Educativa (ReLePe). O propósito é pensar conexões entre tais abordagens e suas possibilidades para a compreensão dos confrontos entre diferentes sujeitos em torno do poder de decisão sobre os sentidos e significados que configuram as políticas educacionais no Brasil; é, também, indicar avanços, ou não, no que tange à forma de se pesquisar políticas educacionais. Em seu desenvolvimento, se pauta na compreensão de ciclo da política (BOWE; BALL, 1992; BALL, 1997 e 1998) e assume uma abordagem qualitativa de pesquisa, identificando estudos centralizados em esferas sociais nas teses e dissertações, e noções orientadoras das análises em artigos publicados na Biblioteca temática, no site da ReLePe. A análise encontra-se orientada pelas seguintes indagações: a partir de onde as análises são feitas? Em que teorias/autores se fundamentam? Como concebem as políticas educacionais? Quais noções orientam as análises? Do estudo conclui-se que há: avanços na amplitude e no aprofundamento de noções orientadoras das análises em políticas educacionais; hegemonia de análises centradas no Estado nas pesquisas de políticas educacionais na última década no Brasil; e o risco da circularidade nas discussões epistemológicas do campo da Política educacional na ReLePe.

Palavras-chave: Política Educativa. Pesquisa. Teses e Dissertações. ReLePe.

Resumen: Este estudio problematiza los enfoques teórico-metodológicos del campo de la política educativa a lo largo de la primera década del siglo XXI. En su delimitación, relaciona un estudio de enfoques teórico-metodológicos de tesis y disertaciones que analizan las políticas educativas en el giro del siglo XX, en Brasil,



con debates asumidos en la Red Latinoamericana de Estudios Epistemológicos en Política Educativa (ReLePe). El propósito es pensar las conexiones entre estos enfoques y sus posibilidades para la comprensión de los enfrentamientos entre diferentes sujetos por el poder de decisión sobre los sentidos y significados que configuran las políticas educativas en Brasil; es, también, indicar los avances, o no, con respecto a la manera de investigar las políticas educativas. Su desarrollo, se basa en la comprensión del ciclo de política (BOWE; BALL, 1992; BALL, 1997 y 1998) y asume un enfoque de investigación cualitativa, identificando estudios centrados en las esferas sociales en tesis y disertaciones, y nociones orientadoras de análisis en artículos publicados en la Biblioteca temática, en el sitio web de ReLePe. El análisis se basa en las siguientes preguntas: desde dónde se realizan los análisis? En qué teorías/autores se fundamentan? Cómo conciben las políticas educativas? ¿Qué nociones guían los análisis?. Del estudio se concluye que existen: avances en amplitud y en profundización de nociones orientadoras de análisis de políticas educativas; hegemonía de análisis centradas en el Estado en las investigaciones de políticas educativas en la última década en Brasil; y el riesgo de circularidad en los debates epistemológicos del campo de la Política educativa en ReLePe.

Palabras clave: Política Educativa. Estudio. Tesis y Disertaciones. ReLePe.

Abstract: This inquiry problematizes the theoretic-methodological approaches on the field of Education Politics along the first decade of the century XXI. In his delimitation, it makes a list of a study of theoretic-methodological approaches of theses and dissertations that analyze education policies in the turning of the century XX, in Brazil, with discussions assumed in the Latin-American Network of Epistemological Studies in Educative Politics (ReLePe). The purpose is to think connections between such approaches and his means for the understanding of the confrontations between different subjects around the decision power on the senses and meanings that they shape the education policies in Brazil; it is, also, to indicate advancements, or not, as regards the form of education policies being investigated. In his development, it is ruled in the understanding of cycle of the politics (BOWE; BALL, 1992; BALL, 1997 and 1998) and it assumes a qualitative approach of inquiry, identifying studies centralized in social spheres in the theses and dissertations, and advisors notions of the analyzes in published articles in the thematic Library, in the site of the ReLePe. The analysis is orientated by the next investigations: from where are done the analyzes? On what theories/authors are they based? How do they conceive the education policies? Which notions guide the analyzes? From the study it was concluded that there are: advancements in the amplitude and in the deepening of advisors notions of the analyzes in education policies; hegemony of analyzes centered in the State in the inquiries of education policies in the last decade in Brazil; and the risk of circularity in the epistemological discussions of the field of education Politics in the ReLePe.

Keywords: Education Politic. Inquiry. Theses and Dissertations. ReLePe.

As duas últimas décadas do século XX no Brasil foram marcadas pela existência de políticas públicas, com destaque para as políticas educacionais. Frente a estas, pesquisadores brasileiros do campo da educação se posicionaram por meio de suas produções. Quanto se trata, em especial, de produções de teses e dissertação, ao se desencadear pesquisas sobre política



educacional, para além de perspectivas político-ideológicas, há também a configuração de um quadro teórico-metodológico.

Decorrida a primeira década do século XXI, reiteramos indagações sobre as abordagens teórico-metodológicas dessas teses e dissertações na perspectiva de compreender suas implicações para a produção de conhecimentos no campo da Política Educacional.

Nessa última década, a preocupação com abordagens teórico-metodológicas tem marcado presença entre aqueles que desenvolvem pesquisas sobre Política Educacional, que se materializa na criação da Rede Latinoamericana de Estudos Epistemológicos em Política Educativa (ReLePe). Tendo em vista o trabalho sistemático dessa rede, que se evidenciava em eventos e no site www.relepe.org, nos propomos a um exercício de análise relacional perguntando sobre possíveis conexões entre as abordagens teórico-metodológicas identificadas em teses e dissertações e artigos da Biblioteca temática no site da ReLePe. O propósito é chegar aos indicativos de avanços, ou não, no que tange à forma de se pesquisar políticas educacionais.

Ao manter as abordagens teórico-metodológicas em pauta, um dos desafios é pensar as conexões entre tais abordagens e suas possibilidades para a compreensão dos confrontos entre diferentes sujeitos em torno do poder de decisão sobre os sentidos e significados que configuram as políticas educacionais no Brasil.

Os estudos de Bowe e Ball (1992) e Ball (1997, 1998) ajudam a pensar essas conexões porque concebem a política educacional como texto, como construção simbólica, como configurada por relações de poder desencadeadas em diferentes esferas sociais. Uma implicação importante dessa concepção é a compreensão do processo da política como aquele que emerge de uma contínua interação entre contextos e entre textos e contextos. Compondo esse processo, identificam três contextos básicos: o de influência, o de produção do texto político e o da prática. O de influência consiste no espaço-tempo em que conceitos centrais são produzidos para desencadear o discurso político; o de produção de textos se materializa em documentos e textos interpretativos reconfiguradores do discurso e, o da prática, consiste nas possibilidades e



limites materiais e simbólicos dos sujeitos que realizam a política. Vistos como textos, uma vez que são concebidos como produtores de significados, todos os contextos estão inter-relacionados. Essa compreensão do ciclo da política se contrapõe às concepções fragmentadas, dicotômicas e polarizadas do processo da política, se contrapõe, ainda, às análises verticais e lineares, que localizam o centro definidor da política educacional no Estado. Essa forma de conceber a política será tomada como referencial para análise neste estudo.

A pesquisa que se apresenta nesse texto engloba, em um primeiro momento, a análise de teses e dissertações que tomam a Política Educacional como objeto de estudo, destacando-se suas abordagens teórico-metodológicas. Em um segundo momento, estabelece relações entre os indicativos dessas abordagens e as discussões apresentadas em artigos da Biblioteca temática no site da ReLePe, por entendermos que elas são representativas do que vem sendo debatido nessa rede.

A seleção das teses e dissertações analisadas foi realizada a partir do banco de dados da CAPES. Tendo em vista a densidade da produção, realizou-se um recorte naquelas defendidas entre 1995 e 2002, priorizando aquelas que tratavam diretamente de políticas educacionais brasileiras, que sugeriam discussões metodológicas e apontavam para movimentos contra-hegemônicos. Das 62 (sessenta e duas) produções identificadas, 23 (vinte e seis) foram analisadas. Destas, 15 (quinze) são dissertações e 8 (oito) são teses.

No que diz respeito aos artigos da Biblioteca temática, consideramos artigos digitalizados, em língua portuguesa e que constatassem em duas temáticas: “Problemáticas e limitações no desenvolvimento investigativo em Política Educativa” e “Metodologias para a análise e a investigação em Políticas Educativas”.

A análise destas teses, dissertações e textos, foi orientada pelas seguintes indagações: A partir de onde as análises são feitas? Em que teorias e autores se fundamentam? Como concebem as políticas educacionais? Quais noções orientam as análises?



Entre as teses e dissertações, identificamos estudos centralizados em esferas sociais; entre os textos publicados pela ReLePe, identificamos noções orientadoras das análises.

Faremos um exercício de identificação teórica e metodológica de pesquisas em política educacional, entendendo que as mesmas não assumem uma posição fixa, mas transitam entre autores, categorias, concepções e tensões que ora se aproximam, ora se distanciam, mas nesse movimento elas sugerem uma, sempre incompleta, identificação.

Estudos com tendência à centralidade na esfera econômica

Ao considerarmos as esferas política, econômica e cultural da realidade social, das teses e dissertações, 10 (dez) tendem a desenvolver suas análises a partir da esfera econômica. Seus autores são: Barão (1999); Batista (2000); Gomes (2000); Figueiredo (2001); Kruppa (2000); Lima (2000); Momma (2001); Peroni (1999); Silva (1998); e Sobrinho (1998). Esses estudos abordam instâncias definidoras de políticas educacionais (o Estado, a Conferência Mundial de Educação para Todos, o Banco Mundial e programas econômicos), políticas educacionais brasileiras e no Mercosul, e reformas educacionais.

Entre as categorias de análise, as principais são: Estado, imperialismo, reforma educacional, política educacional, modelo econômico, classe social, hegemonia, neoliberalismo, organismos internacionais e globalização. Estas podem ser visualizadas no processo de análise, nas concepções de educação, reforma e política educacional, bem como nas conclusões a que chegam.

As análises são feitas a partir das relações de produção material, destacando-se as relações entre educação e mercado, seguindo uma trajetória que vai da descrição ou explicação da crise do capitalismo financeiro, passa pela crise fiscal e pela redefinição do papel do Estado (crise do *welfare state*) para então chegar às reformas educacionais, ora tratadas como parte desse processo, ora como resultado desse processo. Outro caminho utilizado para desencadear as análises é a exposição da lógica que vai da globalização da economia, passa pelo desenvolvimento econômico no interior do Estado



Nação, para então abordar as políticas educacionais. Em todas, o ponto de partida é o mercado, o capital mundial e o Estado.

Todas as pesquisas em foco analisam textos da política educacional (leis, relatórios, planos, parâmetros, resoluções e medidas dos governos federal e/ou estadual), produzidos em instituições e organismos nacionais e internacionais, bem como em confederações e órgãos do sistema de ensino nacional. Nelas, com exceção de Momma (2001) e Peroni (1999), os textos tendem a ser vistos como produtos da política e não como fazendo parte do processo político.

Outra tendência desses estudos é concentrar seus esforços no nível macro da realidade social. Quando eles chegam ao nível micro – que é o caso de Batista (2000) e Gomes (2001) -, o fazem numa perspectiva vertical. Isto porque, ao entrevistar os professores, os consideram fontes secundárias; e ao observar o cotidiano de uma reforma educacional, tendem a responsabilizar os professores e a escola pelo insucesso das políticas, seja por passividade, por incompetência ou por falta de compromisso político, conforme segue:

achamos que faltou uma maior mobilização por parte dos docentes frente a reforma que estava sendo imposta. Aceitar de forma submissa a reforma tal qual ela foi colocada, ao nosso ver, é tão mais grave do que o próprio fato da imposição. (BATISTA, 2000, p.82).

Assim, estes estudos desencadeiam uma análise marcada pela perspectiva vertical, no sentido do global para o local, mantendo dicotomias e polarizações entre global e local, elaboração e execução, e a linearidade na análise das relações.

No que diz respeito à orientação teórica, fundamentam-se em autores que relacionam os efeitos da economia, das globalizações e da ideologia neoliberal nas políticas educacionais. Os mais presentes são: D. Saviani, E. Hobsbawm, E. Sader, G. Frigotto, J. L. Fiori, K. Marx, L. A. Cunha, O. Ianni, P. Gentili e R. Leher.

Outra categoria significativa destes estudos é a de reforma educacional, vistas como um dos pilares ideológicos do neoliberalismo. Procuram explicitar essa compreensão mostrando que as reformas possuem marcas da lógica



empresarial moderna, que é a gerência de qualidade e produtividade, a qual, por sua vez, tem servido para formar recursos humanos sob a lógica da eficiência e competitividade: “[...] o novo rumo da educação brasileira é de uma educação para a competitividade, calcada em três pilares fundamentais da era moderna: eficiência, qualidade e produtividade.” (SOBRINHO, 1998, p. 202).

Tais estudos concluem que as reformas educacionais imprimiram a lógica do mercado na política educacional, procurando inserir o Brasil no novo contexto da divisão internacional do trabalho. Nesse contexto, procuram expor o caráter internacional das reformas: “[...] as políticas [educacionais] dos anos 90 estão sendo formuladas, dando respostas aos organismos internacionais.” (PERONI, 1999, p. 104).

Dessa compreensão, a conclusão a que chegam é que as políticas educacionais brasileiras nos anos de 1990 resultam de uma estratégia internacional.

Quando as pesquisas em foco expõem concepções de política educacional, o fazem como Figueiredo (2001, p. 5-6):

[...] toda política educacional, ao constituir-se numa ação deliberada do Estado, acaba atendendo a uma estratégia governamental, que manifestada enquanto política social, constitui a expressão das relações sociais, cujas raízes se localizam no mundo da produção.

Ou ainda semelhante a Kruppa (2000, p.20), para quem a política educacional é uma estratégia “[...] de estabelecer um máximo de opções de troca para o capital e para a força de trabalho, de modo a maximizar a probabilidade de que membros de ambas as classes possam ingressar nas relações de produção capitalistas.”

Desse modo, tendem a ver a política educacional apenas como demanda do campo econômico e como estratégia política de reprodução ideológica. Além disso, o fazem numa perspectiva da teoria de controle estatal, reforçando a visão de que o Estado é o mentor da política educacional.

Por referir-se a Estado, esta tem sido uma categoria marcante nos estudos em pauta, a concepção de Estado que predomina é fundamentada na



teoria hegeliano-marxista. Para Kruppa (2000), por exemplo, a única estratégia de ação do Estado é

criar as condições segundo as quais cada cidadão é incluído nas relações de troca [...] a forma mercadoria pode, por isso, ser encarada como o ponto de equilíbrio geral do Estado capitalista [...] o elo entre as estruturas políticas e as econômicas da sociedade capitalista é, portanto, a forma mercadoria [...] (OFFE, C. In: KRUPPA, 2000, p. 4).

Em síntese, estas pesquisas acabam por destacar o poder dos organismos internacionais, do Estado e da economia na definição de políticas educacionais públicas, com tendência a enxergar a política e as reformas educacionais numa posição subordinada à lógica do mercado, explorando somente suas determinações econômicas. Concluem assim que as políticas públicas educacionais desenvolvidas nos anos 90 do século XX no Brasil ocorrem no âmbito da crise do *welfare state*, da ideologia neoliberal, dos efeitos da globalização/mundialização da economia, orientada por organismos internacionais, com apoio político-financeiro das agências multilaterais de desenvolvimento.

Estudos com tendência à centralidade na esfera política

Das teses e dissertações consideradas para esta pesquisa, 5 (cinco) desenvolvem suas análises, fundamentalmente, a partir da esfera política. Seus (as) autores (as) são: Barreto (2000), Borges (2000), Chiarelto (2000), Costa (2001) e Sheen (2000). Esses estudos abordam reformas educacionais e curriculares; a relação entre Estado e políticas educacionais e curriculares e ainda a relação entre Política Educacional e hegemonia.

Nos estudos que dão centralidade à política, os (as) pesquisadores (as) tendem a problematizar a relação entre elaboração e implementação das políticas curriculares, a verticalidade das reformas curriculares, a ausência dos professores no processo de elaboração destas políticas e a organização curricular sugerida nas reformas. A preocupação central está voltada para a



visibilidade das relações de poder presentes no processo das políticas educacionais.

Em seus objetivos, os estudos que dão centralidade à política procuram caracterizar as políticas curriculares das décadas de 1980 e 1990 no Brasil, compreender o que ocorreu em seus processos de formulação e operacionalização ou proposição e prática, e que mudanças daí advieram.

Essas pesquisas se fundamentam em B. S. Santos, G. Frigotto, A. Gramsci, O. Ianni, P. Freire, M. Arroyo e M. Carnoy. Eles também recorrem a autores do campo do currículo, tais como A. M. Saul, A. F. Moreira, D. Soárez, E. S. S. Barreto, G. Sacristán, H. Giroux, I. Goodson, M. Apple, T. Popkewitz, P. McLaren, J. T. Santomé e T. T. Silva.

As categorias de análise mais frequentes são: política e reforma educacional, política curricular, hegemonia, classe social, história, ideologia e Estado.

No processo de análise, os estudos que dão centralidade à política constroem uma trajetória que se inicia com a contextualização sócio-política e econômica, com destaque para as reformas do Estado e para a caracterização das políticas educacionais no conjunto da ideologia neoliberal. Em seguida exploram o processo de elaboração dos textos políticos, conforme Sheen (2000), com destaque para as relações de poder entre diferentes grupos e classes sociais; passam pela análise do próprio texto político, conforme Chiarelto (2000) e Costa (2001) e, por fim, como é o caso de Barreto (2000) e Borges (2000), analisam práticas pedagógicas nas escolas, explorando o que acontece na realização das políticas.

Em seus estudos documentais, estas pesquisas ampliam a compreensão de texto político uma vez que incluem também pareceres acadêmicos e de associações, boletins, diagnósticos educacionais e relatórios de diferentes sujeitos da política curricular como textos políticos. Elas ampliam a compreensão do processo da política ao incluírem as práticas pedagógicas como referencial empírico. Como desdobramento metodológico dessa trajetória analítica é possível dizer que, no conjunto destes estudos, há um reconhecimento do processo da política.



Porém, não se pode deixar de apontar certa ambiguidade na trajetória destas pesquisas, pois, se por um lado procuram mostrar o movimento das relações de poder com a noção de hegemonia de Gramsci, como o faz Sheen (2000). A qual entende o processo da política como um processo de luta por hegemonia, coloca em evidência os conflitos e embates presentes no processo da política educacional, tencionando assim a não linearidade de tal processo e colocando em questão perspectivas lineares de pesquisa nas políticas curriculares. Por outro lado, conservam uma perspectiva vertical desse processo já que a linearidade da trajetória da análise de Barreto (2000), Borges (2000), Chiarelto (2000) e Costa (2001) se mantêm do global para o local, do macro para o micro e do nacional para o regional.

Quanto aos aspectos teóricos, a política educacional é concebida como:

[...] a ação do estado voltada especificamente para o sistema educacional, é também um momento da hegemonia. Através dela o Estado (sociedade política) procura garantir, por um lado, a subordinação das classes dominadas às suas diretrizes e, por outro, fazer com que o aparelho escolar atenda às necessidades das classes dominantes, sejam elas ideológicas, científicas, ou, ainda, de qualificação da força de trabalho. (SHEEN, 2000, p.24).

Embora essa concepção ainda permaneça marcada pela teoria de controle estatal da política curricular, ao julgar essa questão no conjunto das pesquisas, percebe-se um tensionamento das relações de poder e do reconhecimento de diferentes autores no processo de definição da Política Educacional. Isto porque também a entendem como “[...] resultado de uma luta que se travou no processo hegemônico, no plano da sociedade civil, entre várias políticas possíveis, no bojo das contradições próprias da sociedade de classes.” (SHEEN, 2000, p. 24).

Do exposto até o momento, percebe-se que Estado é uma das principais categorias de análise e um dos elementos centrais na caracterização dos estudos com tendência à centralidade na política, uma vez que é na sociedade política que tais estudos inserem seu ponto de partida. Isto pode ser ilustrado com o pressuposto defendido por Barreto (2000, p.30), “[...] um estudo acerca da política educacional pressupõe o entendimento que temos do Estado, de



seus condicionantes históricos e seus elementos fundamentais enquanto modo de controle e organização política [...].”

No entanto, deve-se observar que a concepção de Estado que assumem se encontra pautada em Gramsci. Nessa concepção, Estado se constitui em espaço de negociação e conflitos de classe, um centro de força mediado pela relação com a sociedade civil. Sheen (2000), por exemplo, entende o “bloco histórico” como o conjunto da estrutura e superestrutura, apontando assim para uma interpenetração entre determinações econômicas, políticas e ideológicas.

Ainda fundamentando-se em Gramsci, estes estudos tensionam a localização da educação em relação às esferas sociais. Ou seja, ao abordar a ação humana na história, mostram que “nesse processo de luta assumem importância fundamental os aspectos referentes à questão cultural, a qual engloba a questão educacional [...].” (SHEEN, 2000, p.33)

Nas pesquisas destacadas, ocorre algo incomum nos estudos sobre políticas educacionais analisados nesta pesquisa, que é dizer o que se entende por contra-hegemonia:

a construção de uma sociedade mais justa não passa pela destruição do Estado, mas pela desintegração de sua capacidade de estender e manter a hegemonia burguesa, isto é, pela instalação de uma crise no sistema de crenças desenvolvidas pela burguesia para servir seus próprios fins. A política revolucionária é, portanto, a luta contra a hegemonia burguesa e a construção de uma contra-hegemonia, baseada nos valores e cultura da classe operária. (BARRETO, 2000, p.36).

Em síntese, nos estudos com tendência à centralidade na política, identificamos questões significativas no sentido de se pensar uma abordagem teórico-metodológica para se pesquisar política educacional reconhecendo-a como constitutiva de um processo. De modo importante para o reconhecimento do processo político, Costa (2001, p.78) conclui que a proposta curricular objeto de sua análise não foi uma elaboração de gabinete e que é necessário investigar como os professores interferem no processo político, encerrando sua pesquisa com as seguintes indagações: “de que forma se comportam os professores em todo o processo? Qual sua visão e como as reformas interferiram na sua prática? [...]”.



A importância destas conclusões está em questionar as perspectivas lineares na análise e chamar atenção para as dicotomias e polarizações dos diferentes níveis do processo da política educacional; bem como da linearidade, dicotomia e polarização entre o global e o local.

No entanto, enquanto tensionamentos, as pesquisas em foco conservam uma ambiguidade. Isto porque, ao mesmo tempo em que tendem a ampliar a concepção teórico-metodológica de política educacional no sentido de dar centralidade à cultura, chegam a conclusões que apontam para a centralidade da economia, conforme segue: “[...] no Brasil [...] o Banco mundial tem se tornado o verdadeiro intelectual na formulação de políticas educacionais, que muitas vezes são aceitas e implementadas sem maiores questionamentos [...].” (BARRETO, 2000, p.77).

Estudos com tendência à centralidade na esfera cultural

Dos estudos em pauta nesta pesquisa, 8 (oito) tendem a dar centralidade à esfera cultural em suas análises. Seus (as) autores (as) são: Corrêa (2000), Hage (2000), Homma (2002), Martinez (2000), Padilha (1998), Santiago (1999), Silva (1999) e Souza (1999). Esses estudos abordam a relação entre Estado e políticas educacionais e curriculares, o processo de definição de textos políticos, a definição e/ou experiências de implementação de reformas curriculares; a participação dos professores em reformas curriculares e a relação entre Política Educacional e contra-hegemonia.

A preocupação central destes estudos é focalizar e problematizar as tensões, conflitos e enclaves encontrados no processo da política educacional ou curricular, procurando relacionar aspectos sócio-históricos com o universo simbólico presente em diferentes momentos desse processo.

As categorias mais freqüentes nestes estudos são: reforma, prática pedagógica e curricular, política curricular, hegemonia, classe social, dialética e história. Os mesmos também chegam a utilizar categorias de análise até então pouco comuns, tais como tradução, tradição, interlocução, discurso, identidade cultural, política cultural e hermenêutica.



Embora haja uma multiplicidade de enfoques e caminhos na trajetória analítica dos estudos em pauta, pode-se dizer que, em seu conjunto, a exposição dessa trajetória é marcada pela explicitação dos referenciais teórico-metodológicos de pesquisa, por desencadear a análise com a contextualização social-política-econômica do objeto de estudo; por aprofundar algum aspecto ou explorar todo o processo da Política Educacional ou curricular - com destaque para as relações aí estabelecidas. Nessa trajetória, seus referenciais empíricos são construídos por estudos bibliográficos, estudos documentais, fontes orais e observação de situações cotidianas.

A base bibliográfica destes estudos é composta, de um modo geral, por H. Arendt, B-M Barth, Bourdieu, M. C. Castoriadis, M. Certeau, M. Chauí, C. N. Coutinho, J. Ezpeleta, M. Foucault, P. Freire, G. Frigotto, A. Gramsci, S. Hall, J. Habermas, Heidegger, A. Hipólito, Hessel, O. Ianni, A. Nóvoa, P. Thompson, B. Sander. De modo específico, recorrem a autores do campo do currículo, tais como: M. Apple, E. S. S. Barreto, I. Goodson, T. T. Silva, H. Giroux, A. F. Moreira, Gimeno Sacristán, D. Suárez, S. Ball, T. Popkewitz, J-C Fourquim.

Nos estudos documentais, ampliam a noção de texto político para além daqueles considerados oficiais, se valendo de boletins, panfletos, estatutos, artigos de jornais, bem como de relatórios institucionais, de sindicatos, de associações e de professores. Hage (2000), por exemplo, analisa as transcrições das notas taquigráficas das audiências públicas promovidas pela Comissão de Educação da Câmara dos Deputados no processo de definição do Plano Nacional de Educação. Além de ampliar a gama de documentos que compõem o processo da Política Educacional, isto também dá visibilidade aos conflitos e à luta por hegemonia nesse processo.

Nas entrevistas, estes (as) pesquisadores (as) ouvem sujeitos da Política Educacional, tais como técnicos de secretarias de educação, administradores, coordenadores e professores. Silva (1999) e Souza (1999), por exemplo, ilustram uma perspectiva não vertical do processo da política ao analisar a participação dos professores em reformas curriculares.

O que de melhor caracteriza a trajetória destes estudos é a análise relacional. Isto porque focalizam os conflitos e disputas do processo da política,



explicitando esse processo, as relações não lineares entre seus diferentes níveis e entre as diferentes esferas sociais. O que, por sua vez, abre possibilidade de articulação entre global e local, material e simbólico, formulação e implementação, teoria e prática. Assim, a questão relacional evidencia a opção pelos modos complexos, não polarizados, dicotômicos, duais ou hierarquizados do processo de pesquisa em Política Educacional. Evidencia igualmente a não linearidade da relação entre as dimensões macro e micro estruturais.

Hage (2000), por exemplo, procura explicitar sua abordagem relacional:

em formação social nós lidamos com sociedades complexamente estruturadas compostas de relações econômicas, políticas e ideológicas, onde os diferentes níveis de articulação, de maneira nenhuma significa, que eles simplesmente correspondem ou refletem um o outro, mas eles são sobre-determinantes um em outro e para outro. (HAGE, 2000, p.22).

Em síntese, ao expor a compreensão relacional do processo da política curricular, os estudos que dão centralidade à cultura mostram a não linearidade desse processo, possibilitando o questionamento de análises deterministas, economicistas e mecanicistas desta política, afinal, “[...] não há razões externas, dissociadas de motivações políticas e livres de significações subjetivas, determinando as políticas sociais e educacionais.” (SANTIAGO, 1999, p. 32)

Os (as) pesquisadores (as) que têm suas análises centralizadas na cultura, quando elegem o Estado como categoria de análise, o definem de modo bastante radical, como é o caso de Corrêa, Hage e Santiago. Fundamentam-se na compreensão de bloco-histórico e das inter-relações entre política e cultura do pensamento de Gramsci.

Essa concepção de Estado traz desdobramentos para o modo como concebem a política pública. Para Santiago (1999, p.32) ela é

[...] o arcabouço estrutural configurado nas relações do Estado com a sociedade civil onde as demandas e pressões exercidas pelo conjunto de cidadãos associam-se aos interesses de ordem econômica e política definindo linhas de ações institucionais. Sendo assim, na configuração estrutural das políticas públicas estão em jogo, não só a vontade ou os interesses governamentais, mas,



também, formas de regulação que cada sociedade desenvolve e coloca em prática a partir de seu estágio de desenvolvimento e conscientização política.

Quanto à concepção de Política Educacional, esta é concebida conforme aquela que define os significados e os fins legítimos dos rumos da educação através de acordos e compromissos, onde o grupo hegemônico toma em conta as preocupações, aspirações e sentimentos dos grupos não hegemônicos. (HAGE, 2000).

Na mesma perspectiva, Santiago (2000, p.123) é contundente ao dizer que

[...] as políticas educacionais já não podem ser vistas apenas como demandas do campo social e como estratégia política para a reprodução da ideologia. São ainda tudo isso, mas são também instâncias significativas nos planos de desenvolvimento e se viabilizam na medida em que se constituem como respostas, não aos propósitos governamentais, e sim aos processos de vida dos cidadãos.

A concepção de política educacional destes estudos se aproxima daquela concepção proposta por Ball (1997, 1998) e assumida nesta pesquisa.

Os estudos que tendem à centralidade na cultura diferenciam-se também quanto às conclusões sobre as determinações da política educacional. Souza (1999, p.172), por exemplo, ao se referir aos professores, conclui: “[...] as práticas desses profissionais determinam os resultados das reformas educacionais.”

Em suma, os estudos que tendem à centralidade da cultura em suas análises são potencializadores de pesquisas que queiram desenvolver análises complexas, que relacione global e local, formulação e implementação, dimensões macro e micro-estruturais, as diferentes esferas sociais e os diferentes níveis da política curricular sem dicotomias, polarizações, hierarquizações ou linearidades.



Abordagens teórico-metodológicas, pesquisa em Política Educacional e publicações na ReLePe: entrecruzamentos

O que uma rede de pesquisadores publica em seu site atrai leitores e resultam de discussões no interior da rede, por isso consideramos relevante a análise de posicionamentos teórico-metodológicos no campo da Política Educacional em artigos disponibilizados no site da ReLePe.

Em análise preliminar, fizemos um recorte em torno dos artigos e trabalhos, digitalizados e em língua portuguesa, disponibilizados atualmente na Biblioteca temática, em dois eixos: “Problemáticas e limitações no desenvolvimento investigativo em Política Educacional” e “Metodologias para a análise e a investigação em Políticas Educacionais”. Assim, consideramos para análise, os textos de Aguilar (2012), Bello; Jacomini; Minhoto (2014), Dittrich (2012), Jeffrey; Miranda (2012), Lima; Marran (2013), Mainardes (2009), Michelotto; Lima (2012), Oliveira (2013), Power (2006), Sarmiento; Casagrande (2014) e Souza (2014).

O conjunto de textos é composto por artigos já publicados em periódicos científicos do campo da educação e por trabalhos apresentados na I Jornadas Latinoamericanas de Estudos Epistemológicos em Política Educacional. Os artigos e trabalhos são compostos por resultados de pesquisas e por ensaios. Em termos metodológicos, encontramos estudos documentais, pesquisa ação, estudos comparados, estudo bibliográfico, estudo com base no ciclo de políticas e análises qualitativas sem especificação de um método.

Nos textos, os autores mais citados são: Adorno e Horkeimer, A. Gramsci, B. Bernstein, C. J. Cury, C. Souza, C. Tello, J. Habermas, J. Mainardes, J. Ozga, K. Marx, P. Bourdieu, R. Bowe, R. Dale, S. Ball, S. Gewirtz.

No que diz respeito às noções ou conceitos mais utilizados nas análises encontramos, ciclo de políticas, Estado (fundamentado em Marx e em Gramsci), campo político, Política Educacional, Política Pública Educacional, democracia, macro-contexto, micro-contexto, políticas locais, políticas globais, qualidade da educação e epistemologia.



A partir dos artigos e textos, é possível concluir que:

a) É inegável a consolidação da Política Educacional como campo de conhecimento.

b) As pesquisas de Políticas Educacionais têm centrado esforços nas análises de política do ensino superior, ficando uma lacuna nas análises de políticas da educação básica. (JEFREY, 2012; BELLO; JACOMINI; MINHOTO, 2014).

c) A concepção de Política Educacional apresenta ampliações significativas quando “[...] entendidas e estudadas como movimentos complexos, com participação de diferentes sujeitos sociais, cujas ações e comportamentos repercutem no conjunto da sociedade.” (BELLO; JACOMINI; MINHOTO, 2014, p.375). Mas também fica subentendida (AGUILAR, 2012) ou mantém uma concepção tradicional:

Para se analisar as políticas referentes à universidade, além de definir o período histórico visado, há que se reforçar a ideia de que, para um estudo sobre determinado tema é necessária a escolha de um método de análise. Por consequência, é fundamental entender tais políticas como concretas, históricas, ‘síntese de múltiplas determinações, logo, unidade da diversidade’ (MARX, 1983, p. 218). (MICHELOTTO, 2012, p. 22).

d) Nos artigos da Biblioteca temática existe uma forte indicação de obstáculos epistemológicos da pesquisa em Política Educacional e um frágil apontamento de possibilidades.

e) Artigos publicados na Biblioteca temática da ReLePe reiteram sua fundamentação teórica. Mais do que suprir uma possível ausência de “precisão” teórica e metodológica ou a composição de uma base teórica e metodológica “sólida”, o que pode vir a acontecer é o risco da “onda do *selfie*”, da circularidade nas análises e da repetição dos limites epistemológicos.

f) Há um reconhecimento de que as pesquisas em Políticas educacionais na última década no Brasil continuam com análises centradas no Estado (JEFREY, 2012; BELLO; JACOMINI; MINHOTO, 2014), indicando uma hegemonia dessas análises no campo da Política Educacional no Brasil. Em



termos qualitativos, há, também, um aprofundamento da crítica a este tipo de abordagem (POWER, 2006).

g) Existe uma crescente fundamentação teórica no ciclo de políticas (BOWE; BALL, 1992; BALL, 1997 e 1998). No entanto, esta se encontra combinada com uma variedade de outros aportes (MAINARDES, 2009; JEFREY, 2012), o que configura um cenário teórico-metodológico complexo, pois ao mesmo tempo em que pode ampliar as análises, também pode incorrer em superposição de concepções divergentes.

h) Há um indicativo de que políticas públicas desenvolvidas na última década, em especial as políticas de inclusão e as afirmativas, impulsionem o deslocamento de análises centradas na esfera econômica e no Estado para análises centradas na esfera cultural, pautadas no reconhecimento de sujeitos coletivos para além do marcador de classe social.

Referências

AGUILAR, L. E. A pesquisa da política pública a partir da análise satisfatória: desafios metodológicos e epistemológicos. **Ponencia**. I JORNADAS LATINOAMERICANAS DE ESTUDIOS EPISTEMOLÓGICOS EN POLÍTICA EDUCATIVA, Buenos Aires, 15 y 16 de noviembre, 2012.

BELLO, I. M.; JACOMINI, M. A.; MINHOTO, M. A. P. Pesquisa em política educacional no Brasil (2000-2010): uma análise de teses e dissertações. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 9, n. 2, p. 369-393, jul./dez. (Dossiê: Estudos teóricos e epistemológicos sobre política educacional). 2014.

BALL, S. J. **Educational reform: a critical and post-structural approach**. Buckingham: Open University Press. 1997.

BOWE, R., BALL, S. J. **Reforming education & changing schools: case-studies in policy sociology**. London/NY: Routledge. 1992.

DITTRICH, D. D. Apontamentos sobre problemas, limitações e possibilidades na pesquisa em política educacional. **Ponencia**. I JORNADAS LATINOAMERICANAS DE ESTUDIOS EPISTEMOLÓGICOS EN POLÍTICA EDUCATIVA, Buenos Aires, 15 y 16 de noviembre. 2012.

JEFFREY, D. C.; MIRANDA, E. M. Educação comparada e as políticas educacionais: uma possibilidade de análise. **Ponencia**. I JORNADAS



LATINOAMERICANAS DE ESTUDIOS EPISTEMOLÓGICOS EN POLÍTICA EDUCATIVA, Buenos Aires, 15 y 16 de noviembre. 2012.

LIMA, P. G.; MARRAN, A. L. A avaliação de políticas educacionais por meio da abordagem teórico-analítica do ciclo de políticas. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 8, n. 1, p. 41-62, jan./jun. 2013.

MAINARDES, J. Análise de políticas educacionais: breves considerações teórico-metodológicas. **Contrapontos**, Itajaí, v. 9, n. 1, p. 4-16, jan./abr. 2009.

MICHELOTTO, R. M.; LIMA, M. F. Políticas de democratização da Educação Superior e a perspectiva metodológica de Antonio Gramsci. **Ponencia**. I JORNADAS LATINOAMERICANAS DE ESTUDIOS EPISTEMOLÓGICOS EN POLÍTICA EDUCATIVA, Buenos Aires, 15 y 16 de noviembre. 2012.

OLIVEIRA, G. A. de. Pesquisas em políticas educacionais: considerações sobre questões epistemológicas e metodológicas. **Revista Encontro de Pesquisa em Educação**, Uberaba, v. 1, n. 1, p. 76-86. 2013.

OLIVEIRA, O. V. **Tendências teórico-metodológicas em estudos de política curricular**: o que dizem teses e dissertações. In: 28a Reunião Anual da ANPED, 2005, Caxambu. 40 Anos de Pós-Graduação em Educação. Rio de Janeiro, 2005.

POWER, S. O detalhe e o macro-contexto: o uso da teoria centrada no Estado para explicar práticas e políticas educacionais. **Olhar de professor**, Ponta Grossa, v. 9, n. 1, p. 11-30, jan./jun. 2006.

SARMENTO, D. F.; CASAGRANDE, C. A. Processos constitutivos das políticas educacionais no âmbito municipal: a pesquisa-ação colaborativa como postura epistemológica, metodológica e política. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 9, n. 2, p. 531-552, jul./dez. (Dossiê: Estudos teóricos e epistemológicos sobre política educacional). 2014.

SOUZA, A. R. de. A pesquisa em políticas educacionais no Brasil: de que estamos tratando? **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 9, n. 2, p. 355-367, jul./dez. (Dossiê: Estudos teóricos e epistemológicos sobre política educacional). 2014.



Apêndice: relação das teses e dissertações em Política Educacional selecionadas para análise no presente estudo.

BARÃO, G. de O. D. **Conferência Mundial de Educação para Todos: um novo consenso para a universalização da Educação Básica.** Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual do Rio de Janeiro, mimeo. (1999).

BARRETO, E. A. **Estado e políticas curriculares no Brasil dos anos 90: impactos na realidade paraense.** Dissertação (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, mimeo. 2000.

BATISTA, C. **O projeto de reorganização do ensino de 1º e 2º graus no Estado de São Paulo – governo Mário Covas (1994-1998): um debate sobre uma reforma educacional.** Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de São Carlos, mimeo. 2000.

BORGES, I. C. N. **Políticas de currículo em conflito: uma análise da estrutura curricular em ciclos na Secretaria Municipal de educação de São Paulo (1989-1997).** Dissertação (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, mimeo. (2000).

CHIARELOTTO, A. A. **Política educacional nos anos 90: a história nos Parâmetros Curriculares Nacionais.** Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Santa Catarina, mimeo. 2000.

CORRÊA, P. S. de A. **O Estado e a formulação da política curricular: prescrições e inconfidências.** Tese (Doutorado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, mimeo. 2000.

COSTA, J. F. **A década de 80 e os embates curriculares: a proposta para o ensino de história em Florianópolis.** Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Santa Catarina, mimeo. 2001.

FIGUEIREDO, I. M. Z. **Políticas educacionais para o estado do Paraná nas décadas de 80 e 90: da prioridade à “centralidade da educação básica”.** Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, mimeo. 2001.

GOMES, D. I. **Acertando o Passo e Errando o Caminho.** Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Juiz de Fora, mimeo. 2000.

HAGE, S. A. M. **Guerra cultural pela escola no Brasil: a disputa pela direção do Plano Nacional de Educação (1988-1999).** Tese (Doutorado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, mimeo. 2000.



HOMMA, M. **Políticas públicas de educação e práticas curriculares: uma experiência de interlocução em Santos - 1994 a 1996.** Dissertação (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, mimeo. 2002.

KRUPPA, Sônia Maria P. **O Banco Mundial e as políticas públicas de educação nos anos 90.** Tese (Doutorado em Educação) - Universidade de São Paulo, mimeo. 2000.

LIMA, Rosângela N. **As relações intergovernamentais e as políticas educacionais.** Tese (Doutorado em Educação) - da Universidade Estadual de Campinas, mimeo. 2000.

MARTINEZ, M. H. **Cultura no singular ou cultura no plural?** As reformas educativas no Brasil e na Argentina nos anos 90. Dissertação (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, mimeo. 2000.

MOMMA, A. M. **As políticas educacionais brasileiras de ensino fundamental no contexto do Mercosul:** perspectivas e desafios para o processo de integração. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, mimeo. 2001.

PADILHA, P. R. **Planejamento Educacional – a visão do Plano decenal de Educação para Todos: 1993-2003.** Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de São Paulo, mimeo. 1998.

PERONI, V. M. V. **A redefinição do papel do Estado e a política educacional no Brasil dos anos 90.** Tese (Doutorado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, mimeo. 1999.

SANTIAGO, A. R. F. **Política curricular e educação básica:** um estudo do campo do currículo nas políticas públicas de educação. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, mimeo. 1999.

SHEEN, M. R. C. C. **Política educacional e hegemonia:** a criação das primeiras universidades estaduais do Paraná na década de 1960. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, mimeo. 2000.

SILVA, I. L. F. **Reforma ou contra-reforma no sistema de ensino do Estado do Paraná?:** Uma análise da meta de igualdade social nas políticas educacionais dos anos 90. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de São Paulo, mimeo. 1998.

SILVA, M. H. A. da. **A participação do professor no processo de reforma curricular promovido pela Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas (CENP) da Secretaria de Estado de Educação de São Paulo na década de 80.** Dissertação (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, mimeo. 1999.



SOBRINHO, R. J. D. **Programa brasileiro de qualidade e produtividade:** uma nova instância definidora de políticas educacionais no Brasil dos anos noventa? Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal Fluminense, mimeo. 1998.

SOUZA, A. N. de. **As políticas educacionais para o desenvolvimento e o trabalho docente.** Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, mimeo. 1999.